### ESTADO DE SÃO PAULO

LEI № 2785 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre a concessão de subvenção à entidade Banda Marcial Independente de Ibiúna".

<u>PAULO KENJI SASAKI</u>, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por Lei:

<u>FAZ SABER</u> que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Atendendo ao Artigo 21 e 22 da Lei Municipal nº 2749 de 21 de Junho de 2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, fica a Prefeitura Municipal de Ibiúna autorizada a conceder, no exercício de 2025, à entidade Banda Marcial Independente de Ibiúna ABMII, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 08.448.387/0001-55, a subvenção no valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
- § 1º A subvenção de que trata este artigo será repassada mensalmente, após assinatura de Termo de Fomento com a entidade subvencionada, nos termos da Lei Federal nº 13.19/2014 e Decreto Municipal nº 2383/2017, mediante a apresentação e aprovação do respectivo plano de trabalho à Secretaria de Cultura e Turismo.
- § 2º Para comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, a entidade beneficiária deverá adotar, rigorosamente, os procedimentos constantes na Instrução Normativa nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- § 3º A prestação de contas da entidade descrita no caput deste artigo deverá ser realizada mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês, à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante apresentação dos ANEXO I e II da presente lei.
- § 4º Fica vedada a concessão de ajuda financeira à entidade que não prestar conta dos recursos anteriormente recebidos, assim como a que não tiver suas contas aprovadas pelo Poder Público Municipal, sob pena de ressarcimento ao Tesouro Municipal.
- Art. 2º O descumprimento, parcial ou integral, do Plano de Trabalho ou do Termo de Fomento, de que trata o §1º do Art. 1º desta Lei, acarretará a suspensão ou cancelamento do instrumento mencionado à critério do seu gestor, que será designado através de ato do Chefe do Executivo.

#### ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único - A entidade beneficiária desta Lei deverá realizar no mínimo 4 apresentações gratuitas ao município, como contrapartida social, a ser estabelecidas no Termo de Fomento de que dispõe o § 1º do caput do Art. 1º desta Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2024.

PAULO KENJI SASAKI Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura e afixado no local de costume em 13 de dezembro de 2024.

WAGNER BOTELHO CORRALES Secretário da Administração



**ORGÃO CONCESSOR:** 

#### ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO I DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

TIPO DE CONCE	SSÃO: (*)						
LEI AUTORIZAD	ORA:						
OBJETO:							
EXERCÍCIO:							
ENTIDADE BENE	EFICIÁRIA:						
CNPJ:							
ENDEREÇO e CE	P:						
RESPONSÁVEL	PELA ENTIDADE:						
D	EMONSTRATIVO	DE REPASSE	S PÚBLIC	OS RECEBIDOS	S		
ORIGEM DOS RECURSOS <sup>1</sup>	VALORES PREVISTOS – R\$	DOC. D CRÉDITO		DATA	VALORES REPASSADOS – R\$		
		~		20 25246655			
RECEI	TA COM APLICAÇ	OES FINANC	CEIRAS DO	PÚBLICOS			
				TOTAL			
	RECU	JRSOS PRÓI	PRIOS PEL	A ENTIDADE			
<sup>1</sup> Verba: Federa	l, Estadual ou Mu	ınicipal.					
O signatário, na	qualidade de rep	resentante	da entida	de beneficiária	a:		
-	(nome da entidade)						
indiaar m	na forma abaixo	•		rão dos recur	sos recebidos no		
	mencionado, na i				or extenso).		
cxcrcicio supra							
	DEMONSTRAT	TIVO DE DE	SPESAS R	EALIZADAS			
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA			ODO DE LIZAÇÃO	ORIGEM DO RECURSO <sup>2</sup>	VALOR APLICADO –		
_					R\$		
			TOTAL	DAS DESPESAS			
	R	ECURSOS P		IÃO APLICADO			



#### ESTADO DE SÃO PAULO

# VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO CONCESSOR VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epigrafadas, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada, examinada pelo Conselho Fiscal, comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme plano de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Concessor:

**LOCAL e DATA:** 

**DIRIGENTE:** (nome, cargo e assinatura)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: (nomes e assinaturas):

(\*) Auxílio, subvenção ou concessão.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Verba: Federal, Estadual ou Municipal.



#### ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO II**

## **RELAÇÃO DOS GASTOS**

ORGÃO CON	ICESSOR:		
TIPO DE CON	ICESSÃO: (*)		
LEI AUTORIZ	ADORA:		
OBJETO:			
EXERCÍCIO:			
ENTIDADE B	ENEFICIÁRIA:		
CNPJ:			
ENDEREÇO e	E CEP:		
RESPONSÁV	EL PELA ENTIDADE:		
VALOR TOTA	AL RECEBIDO:		
DATA DO DOCUMENT	ESPECIFICAÇÃO DO DOCUMENTO (NOTA FISCAL,	NATUREZA DA DESPESA	FONT (**)

DATA DO DOCUMENT O	ESPECIFICAÇÃO DO DOCUMENTO (NOTA FISCAL, RECIDO)	NATUREZA DA DESPESA	FONTE (**)	VALOR
			TOTAL	

**LOCAL e DATA:** 

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)

<sup>(\*)</sup> Auxílio, subvenção ou contribuição.

<sup>(\*\*)</sup> Fonte de Recursos: federal, estadual ou municipal.